
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PIBIC-JR NO IFBA: HISTÓRICO E RESULTADOS NO PERÍODO DE 2004-2011

Luzia Matos Mota
Georges Souto Rocha
Marlene Santos Socorro
Rafael Claudino dos Santos Amorim
Ryan Carlos Cardoso Teixeira

RESUMO: A pesquisa que originou este artigo teve o objetivo de analisar a institucionalização do Programa de Iniciação Científica Junior (PIBIC-Jr) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). O artigo apresenta um quadro geral sobre o desenvolvimento do programa e analisa os resultados alcançados pelo IFBA nos últimos oito anos em que o programa vem se realizando. A metodologia empregada consta de: revisão de literatura sobre o programa PIBIC-Jr; análise de documentos oficiais; análise das características do programa no IFBA; análise do percurso acadêmico dos estudantes que participaram do PIBIC-Jr/IFBA. Os resultados da pesquisa evidenciam que o programa PIBIC-Jr vem sendo bem sucedido no IFBA. O estudo conseguiu levantar evidências de que o programa tem crescido quantitativamente e qualitativamente no interior da instituição, entretanto o trabalho aponta para um déficit de gestão no programa.

Palavras-chave: PIBIC-Jr; Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Análises de Políticas Públicas; Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo resulta de uma pesquisa exploratório-descritiva sobre o processo de institucionalização do Programa de Iniciação Científica Junior (PIBIC-Jr) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). O PIBIC-Jr é um programa nacional de concessão de bolsas para estudantes do ensino fundamental, médio e profissional de escolas públicas, criado pelo CNPq em 2003 como uma ação da Política Científica e Tecnológica do País para formação de recursos humanos para a pesquisa e, particularmente, para atração e vocacionamento de jovens para carreiras científicas.

O escopo principal deste artigo é verificar se os objetivos do PIBIC-Jr, explícitos nos documentos oficiais do CNPq, estão sendo cumpridos no IFBA. Os objetivos específicos incluem a descrição do processo de institucionalização do programa nacional e localmente. Para tanto, foram analisados os documentos oficiais do CNPq e do IFBA; foi observado o percurso acadêmico dos estudantes do IFBA que atuaram como bolsistas PIBIC-Jr; foram realizadas consultas a uma ex-gestora do Programa PIBIC-Jr na instituição para corroborar os dados

levantados e desvelar outros sobre a implantação do programa e, por fim, como encadeamento teórico, foi utilizado o quadro analítico-conceitual da análise de políticas públicas.

Pode-se definir política pública como o conjunto de decisões e ações constituídas pelo governo e por outros atores sociais (HEIDEMANN; SALM, 2009). Porém, para efeito de compreensão da abordagem adotada, política pública será tratada aqui como todas as ações ou inações que o governo decide realizar ou não realizar (DYE, 1976). Tomado por essa lógica, o programa PIBIC-Jr pode ser considerado uma política pública, com objetivos específicos, com expectativa de resultados também característicos e, assim sendo, ela pode ser analisada pelos instrumentos da análise de políticas. Do mesmo modo, foram considerados "governo" todos os níveis da burocracia que de algum modo se relacionam com o programa PIBIC-Jr, isto é, serão tomados como governo: o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o CNPq, a Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (FAPESB), o IFBA, a Pró-reitoria de pesquisa do IFBA (PRPGI). Isto é posto para

justificar a opção por usar a análise de políticas para estudar o PIBIC-Jr. Este estudo se desenvolve em um lócus específico: O IFBA.

O artigo está dividido em quatro seções, além da introdução. Na segunda seção, será apresentado um histórico do IFBA, que servirá para contextualizar o local da pesquisa, e também um histórico do PIBIC-Jr. Esta seção tem o objetivo de inserir o tema da pesquisa e o local onde ela foi processada. A terceira seção apresenta o detalhamento da metodologia aplicada e o referencial teórico para a realização do estudo. Neste ponto, são descritas as fontes utilizadas, o modo como o trabalho foi estruturado e as dificuldades encontradas, e é sumarizado o enfoque conceitual da análise de políticas. A quarta seção traz os resultados e discussões de dados próprios da pesquisa. Nesta parte, são apresentados os dados sobre a institucionalização do PIBIC-Jr no IFBA, e é realizado o cruzamento de dados relativos aos objetivos, à implementação e aos resultados do programa. A quinta seção é dedicada a considerações sobre a pesquisa e sobre o tema em geral, chamando a atenção para os elementos relevantes que surgiram com a investigação.

2 A CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

2.1 O IFBA

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), cuja origem nos leva às Escolas de Aprendizizes e Artífices, criadas no início do século passado, vem passando por várias mudanças. Recentemente, a Lei 11.192, de 2008, criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e estes são, hoje, os elementos majoritários na Rede Federal. Trata-se de instituições multicampi e pluricurriculares que possuem cerca de 450 Campi e oferecerão, nos próximos quatro anos, quinhentas mil vagas nas diversas modalidades de educação (SETEC, 2011).

O Instituto Federal da Bahia vem, nos últimos 17 anos, modificando a natureza de sua institucionalidade. De Escola Técnica, com função social exclusiva de formação profissional em nível médio, passou, em

1994, a ser denominada Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-BA) e hoje, como IFBA, tornou-se uma instituição complexa, que atua em todos os níveis e modalidades de educação e desenvolve, também, atividades de extensão e pesquisa. Este artigo está focado nas atividades de pesquisa, particularmente em uma atividade de estímulo à pesquisa: o Programa de Iniciação Científica Junior (PIBIC-Jr).

Com o status de Instituição de Ensino Superior (IES), conseguido ao ser transformado em CEFET-BA, o IFBA preocupou-se, a partir daí, em constituir sua comunidade de pesquisa. Houve, desse modo, um incremento na qualificação de seus servidores em cursos de pós-graduação, e também houve captação de mestres e doutores através de concursos públicos. Em 2000, existiam menos de 10 doutores atuando no IFBA, hoje são quase 100 doutores em atividade. Em aderência com esse contexto, ocorreu também o fomento à criação de Grupos de Pesquisa (GP). Em 2000, havia apenas três grupos de pesquisa no IFBA; hoje, a instituição conta com 46 GP (DGP/CNPQ, 2011). O fomento às atividades de pesquisa no IFBA é baseado em três componentes com pouca integração: i) a qualificação docente em nível de pós-graduação; ii) a consolidação de Grupos de Pesquisa e de pesquisadores através de fomento com recursos próprios e, finalmente, iii) o envolvimento de estudantes com a pesquisa através de Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Este último pode ser dividido em três programas: PIBIC de graduação, que teve início no IFBA a partir de 2002, com a implantação de quinze bolsas institucionais com recursos próprios (CEFET-BA, 2002); PIBIC-Jr, que foi implementado no IFBA em 2004, com a concessão de cinco bolsas com recursos do CNPq; e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica (PIBIT) que foi iniciado no IFBA em 2007, com a oferta de dez bolsas para estudantes do ensino médio e superior (CEFET, 2007).

Atualmente, o número de bolsas desses programas, em conjunto, considerando o financiamento com recursos próprios e com recursos de agências de fomento, atinge o número de 203 bolsas. São programas que

caminham para completar a sua primeira década de implementação com sinais de efetiva participação de pesquisadores e estudantes. Entretanto, nesses dez anos, nenhuma avaliação global desses programas foi realizada nem pelos órgãos de pesquisa do IFBA, cujo papel de gestor do programa mandatoriamente inclui o papel de avaliador, nem pelos órgãos financiadores, FAPESB e CNPq, nem mesmo por pesquisadores da área. Esta pesquisa, salvo algum trabalho em andamento, apresenta os primeiros resultados sobre a implantação e avaliação de uma das modalidades do PIBIC que se desenvolve atualmente no IFBA.

2.2 O PIBIC-JR

Nacionalmente, a experiência do PIBIC-Jr teve início em 2003, na condução do Plano Plurianual (PPA) do CNPq relativo ao período 2000-2003. O PIBIC-Jr foi inserido no Programa de Capacitação de Recursos Humanos para a Pesquisa (programa número 406) e desenvolvido através da ação número 4206 - Concessão de Bolsas de Iniciação à Pesquisa. Segundo o Relatório de Gestão do CNPq, este programa tem o objetivo de "ampliar a capacidade de resposta do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia às demandas de conhecimento e serviços técnico-científicos da sociedade, mediante a formação e qualificação de pesquisadores" (CNPq, 2003, p. 22). O órgão gestor do PIBIC-Jr em nível nacional é o CNPq. Entretanto, foi estabelecida uma parceria com as Fundações de Amparo a Pesquisa (FAP) dos Estados, que passaram a funcionar como agentes de implantação das bolsas. No ano de 2003, o CNPq disponibilizou três mil bolsas, que foram distribuídas pelas regiões do País (CNPq, 2003). A Bahia foi contemplada com noventa e três bolsas, das quais cinco foram destinadas ao IFBA que, portanto, participa do programa desde o primeiro ano de sua implantação.

Todavia, esse tipo de experiência não surgiu no Brasil com a iniciativa do CNPq. Sua origem pode ser creditada ao pioneirismo do Programa de Vocação Científica (PROVOC), desenvolvido inicialmente pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, do Instituto Oswaldo Cruz (Rio de Janeiro). a

partir de 1986, e replicado em outras instituições. Em 1996, o PROVOC foi descentralizado para outras unidades da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e também foi difundido para outras áreas de conhecimento e instituições. Além disto, o PROVOC serviu de modelo para a criação do Projeto Jovens Talentos (PJT) para a Ciência, desenvolvido no Centro de Ciências do Rio de Janeiro, entre outros (EPSJV, 2011). Os objetivos do PROVOC, nas palavras de Amâncio (2004), que estudou o PROVOC e o PJT em sua tese de doutorado, são:

(...) despertar no aluno o interesse pela pesquisa científica; possibilitar a sua inserção e participação no meio científico; permitir ao estudante vivenciar o cotidiano de um ambiente profissional, estabelecendo uma relação entre teoria e prática; distinguir aqueles que mais se identificam com a pesquisa científica; contribuir para uma escolha profissional mais consciente e para uma formação acadêmica precoce. Os objetivos mantêm a unidade do trabalho entre os profissionais (educadores e pesquisadores) envolvidos com a proposta, interligados pelas mesmas finalidades e buscando alcançar metas comuns (AMÂNCIO, 2004, p.54).

Uma crítica, realizada aqui ao PROVOC, é o viés pragmático assumido nos objetivos, que se pautam, exclusivamente, na formação de recursos humanos para a pesquisa científica, entendendo por pesquisas científicas aquelas ligadas às grandes áreas da ciência da vida e das ciências exatas e da terra. As áreas das ciências humanas e sociais não foram contempladas pelo PROVOC, apesar da contribuição destas áreas para a compreensão do mundo e de suas relações. Além disso, precisariam estar explícitos nas metas de um programa dessa natureza objetivos relacionados com o fortalecimento da cultura científica dos estudantes e com a formação de cidadãos capazes de constituir uma visão crítica sobre os assuntos de C&T no mundo atual.

Analisando os objetivos do PROVOC e do PIBIC-Jr, é perceptível que o primeiro inspirou o CNPq a criar o segundo. Por sua

vez, o PIBIC-Jr se transformou na principal política de vocação científica entre jovens estudantes do ensino médio, fundamental e profissional do País. Entretanto, à primeira vista, a formulação desta política pública não foi acompanhada de um debate multilateral entre os atores envolvidos. A discussão sobre as causas, o alcance, os sujeitos envolvidos, os objetivos, os instrumentos de avaliação, as consequências etc., necessária, do ponto de vista defendido aqui, para a elaboração de políticas públicas, parece não ter ocorrido. Salienta-se que o grau de incerteza sobre o momento da formulação do programa se deve à ausência de documentos que apresentem o histórico do PIBIC-Jr, desde o seu surgimento até a efetivação do programa.

O escopo do PIBIC-Jr é apresentado inicialmente no anexo V da Instrução Normativa Nº 17/2006 do CNPq. O anexo V sofreu uma alteração em 2008. Na primeira versão da Norma, está dito que o objetivo do programa consiste em “despertar vocações científicas e talentos potenciais entre estudantes do ensino fundamental, médio e da educação profissional da rede pública, mediante a participação em projeto de pesquisa, orientado por pesquisador qualificado” (CNPq, 2006, p.20). Objetivos ainda mais sucintos, se comparados com o do PROVOC.

Até 2008, o anexo V da Norma 17/2006, que orientava o PIBIC-Jr, tratava, sucintamente,: 1. das finalidades, já vistas no parágrafo anterior; 2. das formas de apoio, que especificavam que as bolsas seriam concedidas através de quotas para as FAP estaduais e que essas deveriam repassá-las para pesquisadores e instituições através de processo seletivo; 3. da duração, que determinava a duração de um ano para o desenvolvimento das bolsas ; 4. do benefício, que correspondia a uma bolsa no valor de R\$100,00; 5. dos requisitos e condições para o estudante e para o pesquisador. Neste ponto, é interessante notar que a Norma especifica que só pesquisadores doutores poderiam orientar bolsistas do ensino médio, e faculta aos pesquisadores com título de mestre orientar bolsistas do ensino fundamental, porém é deixada uma brecha para que pesquisadores com um “perfil

científico” equivalente e que demonstrem experiência com pesquisa possam apresentar projetos para o PIBIC-Jr. Não fica claro, porém, se essa possibilidade se estende aos bolsistas do ensino médio ou apenas aos do ensino fundamental; e, finalmente, 6. das disposições finais, onde o CNPq, em quatro subitens, delega toda a responsabilidade com a seleção, avaliação, acompanhamento e certificação do programa para as FAP. Não há nenhum detalhamento sobre como as FAP deveriam realizar esse processo. Também é necessário destacar que essa Norma é de 2006; antes disso, não foi encontrado nenhum documento no site do CNPq que evidencie o modo como o programa PIBIC-Jr foi implantado a partir de 2003.

Em outubro de 2008, o CNPq alterou o anexo V da Norma 17/2006 e melhor detalhou como deveria ser a implantação do Programa. As principais mudanças foram: no item que trata das finalidades, foi acrescentado que os pesquisadores deveriam ser de instituições de ensino superior ou institutos/centros de pesquisas. Isso implica que os professores doutores e mestres ou pesquisadores com perfil científico equivalente que fossem vinculados às escolas públicas da rede estadual, por exemplo, não poderiam submeter projetos ao PIBIC-Jr. Mesmo considerando que os estudantes que concorrem às bolsas são exclusivamente da rede pública de ensino, isso se torna mais evidente quando a Norma, nas suas disposições finais, “recomenda”, acessoriamente, a participação dos professores da educação fundamental, média e profissional nos projetos do PIBIC-Jr sob a “supervisão” de um professor pesquisador. Essa exclusão é questionável, pois não há razão para que professores qualificados que atuem nas redes públicas da educação básica não possam desenvolver projetos e orientar bolsistas de qualquer modalidade .

Ainda analisando o anexo V de 2008, no item 5.2, relativo às formas de apoio, foi observado que o repasse das bolsas PIBIC-Jr poderia, agora, ser realizado às FAP, às Secretarias de governo e/ou a outras instituições, chamadas de entidades parceiras. Nesse mesmo item, o CNPq

continua delegando às entidades parceiras a seleção, contratação, acompanhamento e avaliação de todo processo. Mas, desta vez, fica a cargo do CNPq supervisionar e validar todas essas etapas. Outra inovação é a exigência de um coordenador do programa nas instituições que receberam quotas de bolsas, além da inclusão de responsabilidades específicas para as instituições de pesquisa. No item 5.3, a novidade fica a cargo da titulação mínima exigida para os pesquisadores submeterem projetos: título de mestre ou perfil científico equivalente. Essa mudança é vista como um avanço na regulamentação do PIBIC-Jr, pois amplia as possibilidades de participação de instituições que estejam amadurecendo sua comunidade de pesquisa; especificamente, essa mudança beneficiou os Institutos Federais que, em parte, se encaixam nesse perfil de instituição.

No item 5.4, é prescrito como deve ser realizado o processo de seleção pelas entidades parceiras e/ou pelas instituições que recebem as quotas. Nos critérios de seleção dos bolsistas, são deixados “graus de liberdade” para que as instituições possam adequar o processo seletivo à sua realidade local. É exigida a criação de um comitê com representantes das três grandes áreas do conhecimento: ciências da vida, ciências exatas e da terra e ciências humanas e sociais, obedecendo aos seguintes critérios: a) vínculo com instituição de ensino ou pesquisa; b) experiência em pesquisa; c) titulação mínima de doutor ou perfil equivalente; e d) currículo cadastrado e atualizado na Plataforma Lattes.

Outro elemento importante que surge é a obrigatoriedade do cadastro do bolsista no currículo Lattes. Esta exigência pode servir como um bom indicador de avaliação sobre a consecução dos objetivos do programa. Além disso, foi acrescentado um item específico sobre a avaliação do programa com a exigência da criação de um comitê interno para avaliação do programa. O documento estabelece, ainda, os instrumentos de avaliação, são eles: relatório das atividades e participação em seminário de iniciação científica. O CNPq exige que todas as entidades parceiras e instituições se ajustem às disposições contidas na Norma.

Por fim, em 2010, o CNPq alterou

novamente as características do PIBIC-Jr, transformando-o no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC-EM). Este programa apresenta-se com uma concepção mais ampla do ponto de vista do fortalecimento da cultura científica na sociedade, e os seus objetivos se coadunam com os estudos atuais sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade. O texto, a seguir, retirado do endereço eletrônico do CNPq, traduz essa perspectiva:

Com foco na criação de uma cultura científica, o PIBIC-EM é dirigido aos estudantes do ensino médio e profissional com a finalidade de contribuir para a formação de cidadãos plenos, conscientes e participativos; de despertar vocação científica e de incentivar talentos potenciais, mediante sua participação em atividades de educação científica e/ou tecnológica, orientadas por pesquisador qualificado de instituições de ensino superior ou institutos/centros de pesquisas ou institutos tecnológicos (CNPq, 2011).

Objetivo do PIBIC-EM

Fortalecer o processo de disseminação das informações e conhecimentos científicos e tecnológicos básicos, bem como desenvolver as atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica dos estudantes do ensino médio (CNPQ, 2011, s/p).

Sem dúvida, houve uma mudança significativa nos objetivos do programa, que passa a focar na formação integral do estudante e não apenas no vocacionamento para carreiras científicas. Outra dimensão modificada com a implantação do PIBIC-EM foi o modo de concessão das bolsas. Neste novo programa, não há mais a participação das FAP+ o convênio para o repasse das bolsas é realizado diretamente entre o CNPq e as instituições que receberão as bolsas. O CNPq especifica quais as instituições que deverão participar do projeto. Os Institutos federais aparecem nominalmente:

O PIBIC-EM será operacionalizado pelas Instituições de Ensino e

Pesquisa (Universidades), Institutos de Pesquisa e Institutos Tecnológicos (CEFETs e IFs) que tiverem PIBIC e/ou PIBITI para desenvolverem um PROGRAMA de educação científica que integre os estudantes das escolas de nível médio, públicas do ensino regular, escolas militares, escolas técnicas, ou escolas privadas de aplicação (CNPq, 2011).

Como veremos mais adiante, essa referência aos Institutos Federais e CEFET reflete as experiências bem sucedidas que o PIBIC-Jr vem tendo nessas instituições. Não seria apressado dizer que os Institutos Federais (IF) são, hoje, os principais atores no desenvolvimento do programa PIBIC-Jr ou PIBIC-EM. A análise dos aspectos normativos do PIBIC-Jr, realizada nesta seção, servirá para posterior comparação entre as prescrições do CNPq e a institucionalização deste programa no IFBA.

3 METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, serão apresentados os passos metodológicos utilizados na pesquisa e o referencial teórico utilizado como elemento particular de análise. A escolha por apresentar essas duas dimensões na mesma seção se deve à articulação realizada em cada etapa da pesquisa com essas duas estruturas.

3.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se caracteriza, quanto à natureza, como uma pesquisa aplicada, já que focaliza um assunto com repercussões práticas na vida real. Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória evoluindo a pesquisa descritiva, pois, além de fazer levantamento de dados nunca antes reunidos sobre a implementação do PIBIC-Jr no IFBA, analisa a própria implementação do programa nessa instituição. Quanto aos procedimentos, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, pois se valeu de livros e documentos institucionais para compor o corpus de dados explícitos utilizados para

analisar a política pública e sua implementação no IFBA; caracteriza-se também como pesquisa de levantamento, pois coletam-se, de fontes primárias, informações sobre o PIBIC-Jr no IFBA.

O primeiro passo realizado foi uma revisão da literatura sobre os programas de bolsas de iniciação científica no país. A revisão realizada se limitou a analisar os trabalhos que tratavam diretamente de programas de bolsa de iniciação científica para estudantes do ensino fundamental e médio. O objetivo desta revisão foi construir um histórico sobre a implantação deste tipo de programa no Brasil. Foram buscadas, no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), dissertações e teses sobre o PIBIC-Jr e similares. O único trabalho de interesse encontrado foi a tese de doutorado de A. M. Amâncio (2004), cujo conteúdo foi muito utilizado neste trabalho. Além da tese citada, foram analisados textos publicados no endereço eletrônico do CNPq e os Relatórios de Gestão (RG) do CNPq, da FAPESB e do IFBA.

Além do histórico sobre a implantação do PIBIC-Jr, a pesquisa apontou a necessidade de analisar a normatização do programa e o seu desenvolvimento ao longo dos oito anos de sua existência. Para tanto, foram pesquisados documentos oficiais, basicamente instruções normativas e editais dos órgãos envolvidos. Cabe registrar que, em relação aos RG, todos os três órgãos disponibilizam esses documentos nos seus endereços eletrônicos. Entretanto, as informações sobre a implantação ou desenvolvimento do PIBIC-Jr são incompletas. Apenas o RG da FAPESB do ano de 2004, ano de implantação efetiva do programa, esclarece a natureza do programa e o papel que a fundação terá na implantação do mesmo, mas não apresenta os dados sobre a distribuição das bolsas entre as instituições. O RG do IFBA sequer cita o programa em seu relatório de 2004. Em relação às instruções e editais, todos os documentos legais oriundos do CNPq foram encontrados no endereço eletrônico

do próprio CNPq. Em relação à FAPESB, não foram encontrados documentos legais (instruções, normas etc.) sobre o PIBIC-Jr. Neste caso, do mesmo modo que no CNPq, não está esclarecido se esses documentos não existem ou se não são disponibilizados na página eletrônica da Instituição.

Em relação à documentação do IFBA, a fonte mais próxima à pesquisa e que, a princípio, teria uma maior quantidade de informações, a situação é crítica. A Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PRPGI), gestora do programa no IFBA, não dispõe de um banco de informações atualizado sobre o PIBIC-Jr. Houve dificuldades, que serão sentidas neste artigo, de acesso às informações básicas sobre a institucionalização do programa. Foi impossível investigar adequadamente se os documentos existem ou não; as tentativas de acesso aos documentos foram infrutíferas, sob alegação, por parte da PRPGI, de falta de pessoal para encontrar os documentos solicitados. A pesquisa buscou outras fontes, tais como: editais do PIBIC-Jr e publicações de resultados das seleções do Programa no portal e na Intranet do IFBA; consulta à Assessoria de Estatísticas e Informação (AEI) do CNPq, consulta aos RG dos três órgãos envolvidos com o Programa; consultas a um servidor da PRPGI que acompanha o Programa e consulta a uma ex-gestora do PIBIC-Jr no IFBA. A coleta e exame de dados atingiu uma eficácia que permitiu concluir o trabalho. Entretanto, fica registrado, aqui, o comprometimento da memória documental do programa, pela incapacidade de o IFBA registrar, arquivar e gerenciar as informações sobre o mesmo.

A partir dos dados encontrados em fontes diversas sobre o PIBIC-Jr, foi possível caracterizar o programa no IFBA. Além disso, um elemento original do trabalho foi investigar, através do currículo Lattes, o percurso acadêmico seguido pelo bolsista após a sua experiência no PIBIC-Jr. Por último, foi realizada uma síntese sobre a institucionalização da política PIBIC-Jr no IFBA e o papel desempenhado pelos atores neste processo.

3.2 POLÍTICA PÚBLICA: A ANÁLISE DE POLÍTICAS

A análise de políticas públicas é um corpo teórico fundado na área disciplinar das ciências políticas e desenvolvido mais fortemente nos Estados Unidos após a segunda guerra mundial. A política pública, compreendida como um objeto de estudo, é definida de várias formas. A definição que usamos neste trabalho é a proposta por Dye (1976), que conceitua a política pública como sendo tudo que o governo faz ou deixa de fazer no sentido de regular, controlar e organizar a sociedade (DYE, 1976). A análise de políticas divide a elaboração da política em três fases que são complementares e não obedecem a uma linearidade cronológica. Os momentos em questão são: a formulação da política; a implementação e a avaliação.

Antes mesmo da sua formulação, a política pública já é compreendida, segundo alguns autores, como passível de ser analisada. Isto é, o exame da política se inicia com a análise do surgimento da demanda ou problema que provoca o governo a tomar uma decisão sobre a inclusão ou não dessa demanda na agenda governamental. Só após esse momento, a demanda pode vir a ser uma política pública ou não (OSZLAK; O'DONNELL, 1981). A demanda, quando alcança a agenda do governo, guiada, geralmente, por grupos sociais que são afetados pelo problema, é dita explícita. Por sua vez, existem demandas que são defendidas por grupos, cujo poder e mobilização não são suficientes para incluir, na agenda governamental, a solução de determinado problema; neste caso, a demanda é dita implícita. A demanda latente, por sua vez, é aquela cujos grupos afetados pelo problema não se reconhecem como atores do processo da formulação da política pública e, por isso, não pleiteiam a inclusão, na agenda governamental, da solução de seus problemas. Após alcançarem a agenda pública, aqueles problemas que efetivamente serão alvo da ação do governo passam para a etapa da formulação, e é nessa etapa que ocorrem as propostas para a solução do problema,

as tomadas ou não de decisões, o planejamento das ações. Neste momento, são traçados os objetivos e metas da política e são destinados os recursos para a implementação da mesma.

A implementação da política pública pode ocorrer após ou concomitante a sua formulação. O processo em si é caracterizado como “As ações de indivíduos (ou grupos) públicos ou privados que são dirigidos à consecução de objetivos previamente estabelecidos mediante decisões acerca das políticas” (VAN METER; VAN HORN, 1975, apud HAM; HILL, 1993, p.135-136). Existem dois modelos gerais que analisam a implementação de políticas públicas: o modelo top-down e o modelo bottom-up. A abordagem top-down é centrada nos mecanismos de controle sobre os agentes implementadores para que os objetivos da política sejam atingidos. A direção sobre como a política deve ser desenvolvida vem sempre dos organismos hierarquicamente superiores. Esse modelo requer condições perfeitas para a implementação da política e não permite que mudanças nos objetivos ocorram; além disso, não há, neste modelo, possibilidade de interação com o meio ambiente nem “correções de rota”. O enfoque bottom-up enfatiza os atores e as agências que implementam a política e as suas relações. No modelo bottom-up, diferente do modelo top-down, é possível ocorrer, na implementação, processos de negociação, barganha, aprendizado, evolução e, principalmente, ocorrem tomadas de decisões que podem ajustar ou mesmo modificar os objetivos da política (SILVA; MELO, 2000). Este modelo é, sem dúvida, mais flexível e não estabelece uma fronteira rígida entre os momentos de formulação e implementação das políticas. Ambos os enfoques possuem elementos favoráveis e desfavoráveis, tudo depende do contexto, dos objetivos e do papel dos atores.

A avaliação da política pública pode ser compreendida como um processo de aprendizado sobre a implementação, consequências e impactos da política. Os impactos podem estar relacionados com

os efeitos sobre os grupos de interesse; sobre os recursos devotados à política; sobre as condições atuais e futuras. Além disso, nem sempre os impactos de uma política pública são tangíveis ou mensuráveis. Existem os chamados efeitos simbólicos, que têm a ver com a percepção que os indivíduos e grupos estabelecem sobre o poder da política e sobre a ação governamental (DYE, 1976). Um campo de estudo bastante influente e ativo é o que se dedica a construir e analisar instrumentos e indicadores de avaliação de políticas públicas.

De todo modo, a ideia principal sobre políticas públicas que deve guiar o papel dos analistas é a fluidez que existe entre os três momentos que compõem a elaboração de políticas. O mais aceitável é pensar na política pública como um ciclo onde os processos de tomada de decisão, de ajustes de metas, de interação com o meio ambiente e de aprendizado se superpõem e se complementam em todas as fases do desenvolvimento da política em estudo.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

A participação de estudantes da educação básica em atividades de pesquisa não foi uma demanda pensada ou criada no interior da Rede Federal; tão pouco foi uma questão debatida nas Instituições Públicas de Pesquisa e Ensino. Na verdade, parece ter sido uma decisão do governo inspirada em programas do gênero que estavam se desenvolvendo desde a década de 80 em instituições como programa institucional próprio. O CNPq transformou em política pública uma demanda que não estava explicitamente na agenda da PCT brasileira e, com essa decisão, o órgão envolveu um conjunto de atores que se mobilizaram em torno do PIBIC-Jr. Dentre as instituições que melhor interagiram com este programa específico estão os Institutos Federais. Nesse período, a Rede Federal e, particularmente, o IFBA, possuía uma incipiente comunidade de pesquisa e dava os primeiros passos rumo à institucionalização dessas atividades. Talvez essa realidade

explique o papel passivo desempenhado pelo IFBA na implantação deste programa na Bahia. A conformação do programa, nos primeiros anos de sua implantação, demonstra que os atores privilegiados escolhidos pela FAPESB, gestora do programa no Estado, foram a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e as Universidades Estaduais, que juntas receberam 106 das 140 bolsas disponibilizadas pelo CNPq em 2005. Ao IFBA, foram destinadas cinco bolsas. Mesma quantidade que foi repassada às faculdades particulares do Estado. De 2005 até hoje, esse quadro foi modificado. Entretanto, alguns elementos de passividade em relação ao programa se mantêm no IFBA, pois a instituição ainda desempenha um papel acessório na consolidação do programa, o que pode ser confirmado pela ausência de proposições do IFBA sobre a ampliação e desenvolvimento da política junto à FAPESB; o IFBA permanece dependente das quotas de bolsas do CNPq para o desenvolvimento do Programa, não existindo financiamento próprio para esse tipo de política; e o programa não sofreu nenhuma inovação nesses oito anos de funcionamento.

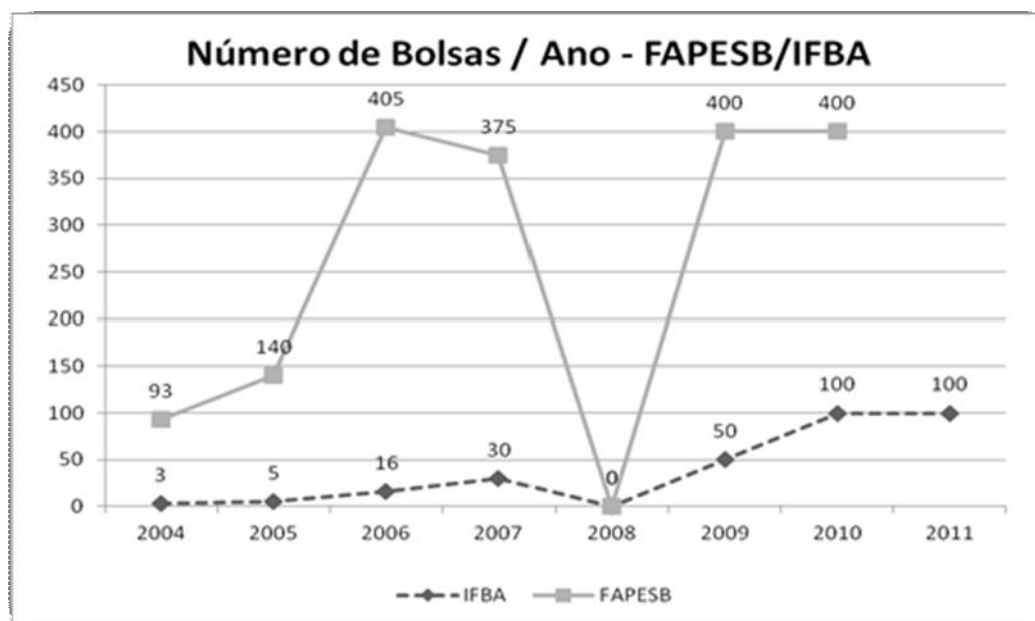
Quanto a esse último ponto, cabe dizer que a dinâmica do programa dentro do IFBA segue os seguintes passos: 1. a FAPESB informa ao IFBA as quotas de bolsas para o ano; 2. ocorre uma reunião na FAPESB com todas as instituições que recebem bolsas, para discussão das quotas. A distribuição segue critérios, tais como capacidade instalada (número de doutores, grupos de pesquisa, cursos de pós, publicações etc.); desempenho da IES relativo ao programa; contrapartida como número de bolsas institucionais e outros; 3. o IFBA lança um edital convocando os pesquisadores e estudantes a apresentarem seus projetos; 4. ocorre a seleção dos melhores projetos através de pareceristas ad hoc, cujas identidades são preservadas, mas não a dos responsáveis pelos projetos; 5. as bolsas são implantadas; 6. os projetos são iniciados e duram 12 meses com o pagamento de bolsa no valor de R\$100,00 para o estudante bolsista; 7. há a exigência de apresentação pelos bolsistas de relatórios parcial e final de atividades. Em relação aos comitês de seleção e avaliação e à figura do coordenador do programa, que são

normatizados pelo CNPq, no anexo 5 de 2008 da Norma 17/2006, verifica-se a fragilidade da implantação da política na instituição. Não existem comitês específicos do PIBIC-Jr no IFBA para realizar as funções citadas; há um comitê único, sob a presidência da PRPGI, que tem caráter mais consultivo e deliberativo do que executivo, para as questões relacionadas a todos os Programas de Iniciação Científica e Tecnológica do IFBA.

A coordenação do projeto cumpre uma função burocrática que se limita às etapas relacionadas com a seleção e, de modo simbólico, com a avaliação, que se resume à exigência dos relatórios parcial e final de atividades. Além disso, e o mais grave, não existe acompanhamento sistemático dos bolsistas no período da implementação das bolsas; as iniciativas tentadas não alcançaram um efetivo sucesso pela frequência irregular dos bolsistas e dos orientadores nas atividades propostas. As causas repousam nas deficiências da gestão do programa geradas por: fraco entendimento dos objetivos do programa; baixo envolvimento da comunidade de pesquisa no planejamento e execução do programa; e problemas de infraestrutura para os orientadores e os bolsistas.

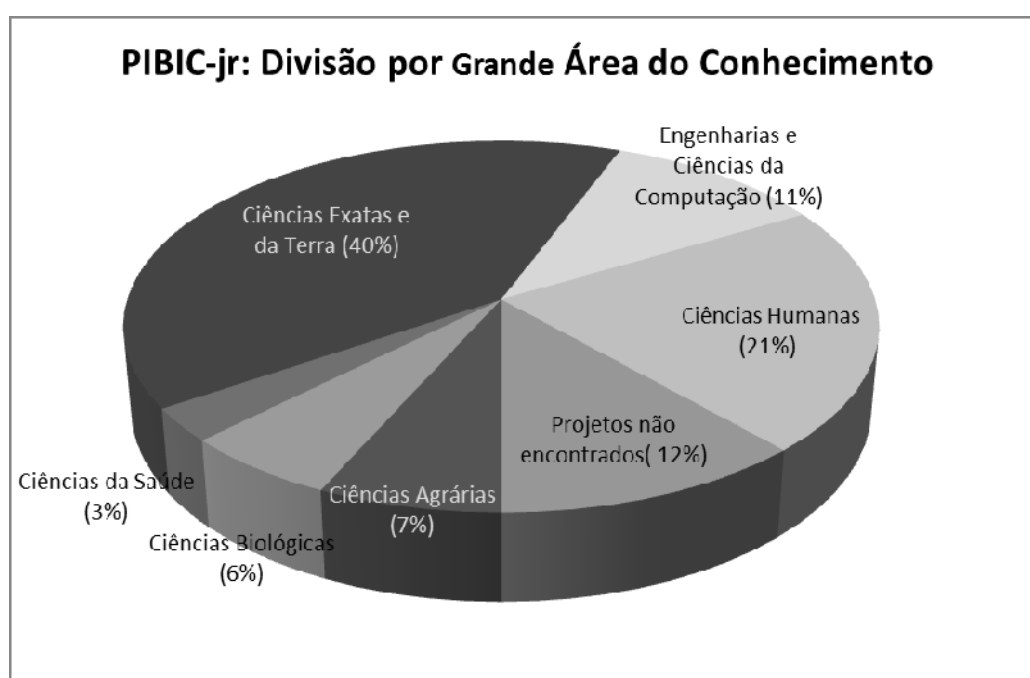
Nesses oito anos, o PIBIC-Jr no IFBA teve um crescimento considerável em termos de alocação de bolsas. Esse crescimento pode ser visto no Gráfico 1. Aprofundando a análise desses dados e concentrando o olhar sobre a distribuição de bolsas no Estado, observa-se que o IFBA foi gradativamente aumentando a sua quota anual de bolsas. O ano de 2010, último ano cujos dados estão disponíveis, é sintomático. Quanto à implementação das bolsas concedidas, o IFBA foi a Instituição que possuiu maior número de bolsas PIBIC-Jr implantadas em 2010, 51 bolsas. A UFBA, Instituição que possui a maior quota de bolsa do Estado (60 bolsas), nove a mais que o IFBA, conseguiu implantar apenas 16 bolsas. Entre as universidades estaduais, nenhuma delas conseguiu implantar todas as bolsas relativas às suas quotas anuais (FAPESB, 2010). Esse dado, por si só, é um indicador que pode ser utilizado para definir o papel do IFBA no desenvolvimento do programa.

Gráfico 1. Evolução do número de bolsas PIBIC-Jr concedidas ao IFBA e disponibilizadas pela FAPESB.
 Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FAPESB e de diversas fontes no IFBA .



Analisando a distribuição de bolsas PIBIC-Jr no IFBA por grandes áreas do conhecimento (vide Gráfico 2), observa-se uma forte participação das áreas tecnológicas, fato esse que é justificável pela natureza e história da Instituição. Entretanto, as áreas de ciências humanas e sociais aplicadas têm participado ativamente no desenvolvimento dos projetos. Levando em consideração o objetivo do programa, essa diversidade de áreas é considerada, na ótica deste trabalho, positiva, pois desenvolve a cultura científica da instituição e poderia ser aproveitada em atividades multidisciplinares pela comunidade de pesquisa do IFBA.

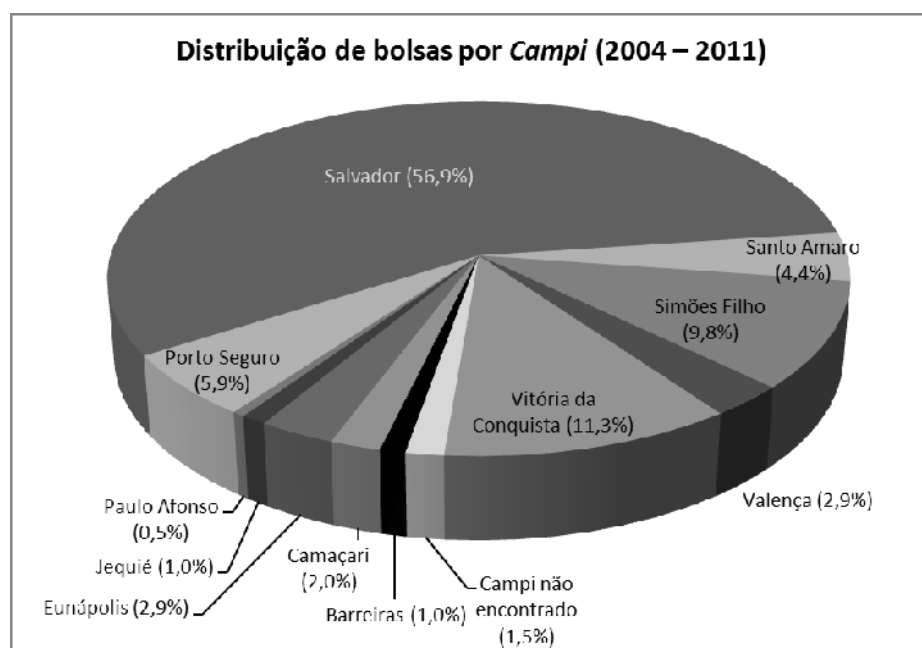
Gráfico 2. Divisão dos projetos PIBIC-Jr por grandes áreas do conhecimento. Fonte: Elaboração própria a partir de fontes diversas



Fazendo um recorte em relação ao gênero dos bolsistas, foi verificado que 51% dos bolsistas são mulheres e 49% são homens, uma diferença pouco relevante. Apesar de o IFBA ser uma instituição multicampi, o programa PIBIC-Jr tem sido desenvolvido com uma concentração das bolsas na capital do Estado, pois, no período de 2004 a 2011, o Campus Salvador concentrou quase 57% das bolsas do programa (Vide Gráfico 3). Apenas em 2007, os Campi do interior do Estado tiveram participação mais significativa no processo de seleção de bolsas (IFBA, 2007). Neste ponto, o IFBA apresenta um comportamento mimético em relação ao modelo de desenvolvimento do País e do Estado, que concentra recursos e esforços nas áreas metropolitanas das grandes cidades. Em relação ao PIBIC-Jr, analisando os dados

anuais do programa, é possível perceber que existe uma pressão dos Campi do interior do Estado no sentido de uma distribuição mais equitativa das bolsas. Em 2011, por exemplo, Salvador concentrou 43% das bolsas, o que demonstra uma queda em relação à estimativa global apresentada no Gráfico 3. De acordo com os documentos oficiais que tratam dos objetivos e natureza dos IF, os Campi cumprem um papel destacado no desenvolvimento das cidades onde estes são implantados (BRASIL, 2010). Desse modo, caberiam ações, por parte da PRPGI, que contribuíssem para o equilíbrio na distribuição das bolsas em todos os Campi do IFBA e, mais do que isso, ações que garantissem o desenvolvimento das atividades de pesquisa nesses locais, com vistas ao cumprimento dos objetivos do programa PIBIC-Jr e do próprio IFBA.

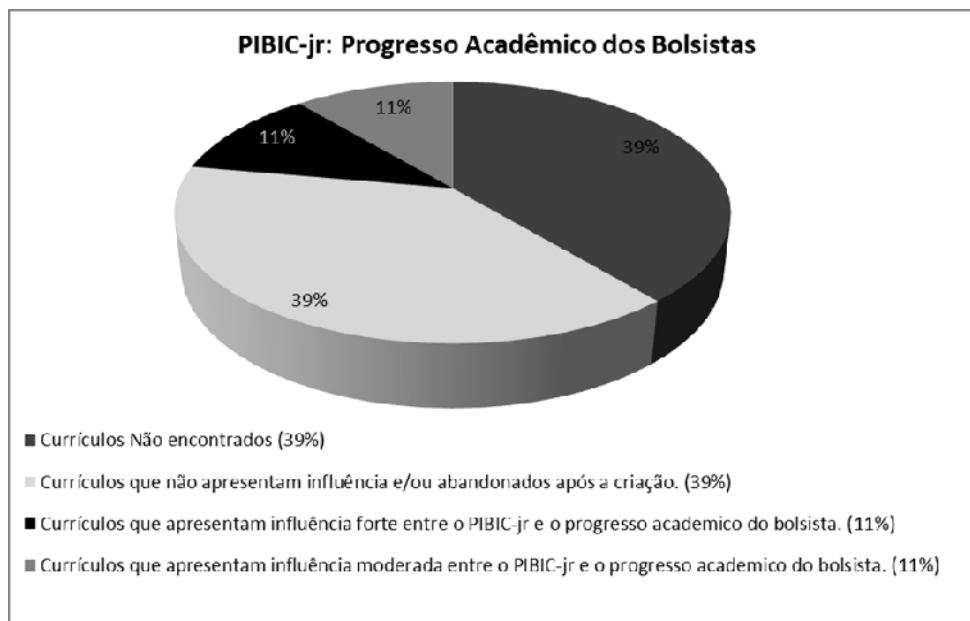
Gráfico 3. Distribuição de bolsas por Campi (2004 - 2011). Fonte: Elaboração própria a partir de fontes diversas.



Para verificar se os objetivos do programa PIBIC-Jr estão sendo cumpridos no IFBA, foi realizado um estudo sobre os percursos de ex-bolsistas. A pesquisa foi realizada por meio da análise dos currículos cadastrados na plataforma Lattes. O objetivo principal foi verificar se o PIBIC-Jr tem cumprido, no IFBA, a meta de vocacionar estudantes da educação básica para carreiras científicas ou se, de algum modo,

os estudantes que participaram do programa conservaram vínculos com assuntos relacionados com C&T. O resultado pode ser visto no Gráfico 4. O uso dos dados coletados no currículo Lattes, e a própria existência do currículo Lattes como um indicador da eficácia do PIBIC-Jr está longe de ser suficiente, todavia, é um bom exercício de análise e vem sendo utilizado pelo CNPq para avaliar os resultados do PIBIC.

Gráfico 4. Análise dos currículos Lattes de ex-bolsistas PIBIC-Jr no IFBA. Fonte: elaboração própria a partir da Plataforma Lattes.



A análise demonstrou que 78% dos estudantes que participaram do PIBIC-Jr não têm currículo Lattes, abandonou seus currículos ou não registrou nenhuma informação relevante sobre suas atividades acadêmicas. No entanto, 22% dos ex-bolsistas mantêm seus currículos ativos e registram atividades acadêmicas relacionadas com C&T após sua experiência no PIBIC-Jr. Ressalta-se que esses são dados que precisam ser analisados com reserva. Primeiro, porque a pesquisa não conseguiu construir um banco de dados completo sobre todos os bolsistas. Segundo, há uma subjetividade imponderável sobre a influência do programa na formação cognitiva sobre C&T dos ex-bolsistas. Para isso, outros indicadores precisariam ser utilizados, provavelmente com a ajuda de entrevistas.

Salvo essas ressalvas, e, apesar do incremento do número de bolsas, da participação de pesquisadores no programa, da motivação e qualidade dos estudantes, é importante analisar a responsabilidade que a gestão local do programa tem sobre esse aparente déficit na implementação da política. A gestão do PIBIC-Jr pela PRPGI é realizada dentro de um modelo top-down de implementação da política pública, ou seja, o programa é implementado sem nenhuma

inovação, sem a participação efetiva dos atores envolvidos, com o manejo exclusivo dos recursos federais; com pouco poder de negociação e barganha, e, finalmente, sem contradições sobre a formulação do programa e seus objetivos. O nível local da implementação funciona simplesmente como uma correia de transmissão dos objetivos regionais e nacionais. Todavia, no desenvolvimento de um programa como esse, ocorrem problemas que necessitam de ações que vão além do cumprimento linear de etapas estabelecidas. Além disso, como foi constatado por essa pesquisa, existe uma fragilidade na coordenação, existe escassez de informações e, principalmente, existe uma ambiguidade no que se refere aos objetivos do programa, já que não ocorrem ações, por parte de sua gestão, que favoreçam o fortalecimento da cultura científica dos bolsistas, ao mesmo tempo que não há ações que qualifiquem os orientadores a trabalhar em consonância com esses objetivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio principal desta pesquisa foi verificar se o objetivo do PIBIC-Jr vem sendo cumprido no IFBA em consonância com os objetivos propostos pelo CNPq. Ao invés de dar uma resposta definitiva a essa questão,

a opção dos autores foi entender a dinâmica da implantação e o desenvolvimento do programa dentro da instituição, além de compreender as causas e consequências das ações das agências envolvidas na implementação do programa, e apresentar um conjunto de elementos que caracterizam o programa no interior da instituição, para só então realizar uma avaliação, mesmo que parcial sobre a eficácia do PIBIC-Jr no IFBA.

Os resultados apontam para conclusões em duas dimensões. A primeira diz respeito aos impactos e resultados do programa sobre a comunidade de pesquisa do IFBA, e os mesmos podem ser resumidos em dois pontos. Primeiro, o programa PIBIC-Jr é uma ação que vem sendo bem sucedida dentro do IFBA. O incremento no número de bolsas, a crescente demanda por bolsistas, a interiorização do programa a partir do interesse dos pesquisadores e dos alunos são os principais indicadores para essa conclusão. O estudo conseguiu levantar evidências de que o programa tem crescido quantitativamente e qualitativamente. O segundo ponto é inconclusivo, o estudo não conseguiu verificar o impacto que o programa produziu nas carreiras dos ex-bolsistas do programa. Isso por duas razões: 1. Foi percebida a necessidade da realização de uma pesquisa empírica com esses sujeitos, que, aliada com a análise dos percursos acadêmicos, pode produzir um conhecimento mais seguro sobre essa questão. 2. Pela escassez de informações e ausência de memória documental sobre o desenvolvimento do programa. A pesquisa esbarrou, foi detida, recuou e, apenas com a dedicação, criatividade e persistência dos dois bolsistas PIBIC-Jr que participaram desse estudo, foi possível sistematizar informações e ampliar o conhecimento sobre o programa no IFBA.

A segunda dimensão se justifica pelos resultados apontados no quadro anterior, onde foram detectados problemas na gestão do programa. O IFBA, hoje, cumpre, de forma inconstante e desestruturada, o que prescreve a Norma 17/2006 no seu anexo 5, ao passo que, pelo papel que a Rede Federal vem ocupando no desenvolvimento nacional desse programa, o IFBA e os outros institutos deveriam estar propondo adequações à

referida norma, pois, exploratoriamente, parece ser no interior dessas instituições onde o PIBIC-Jr encontra seu melhor parceiro institucional. O sucesso do PIBIC-Jr no IFBA pode alcançar níveis muito melhores caso existam ajustes na gestão do programa. O PIBIC-Jr é uma política pública de curto alcance e com objetivos muito claros. O processo de implementação e avaliação de um programa como esse é de baixo custo e tem enorme benefício em termo de aprendizagem. Estudar formas de cumprir os objetivos do programa, manter sua memória documental atualizada e ter um papel mais ativo na gestão do programa, regionalmente e nacionalmente, são as únicas prescrições que esse trabalho se permite fazer após a realização dessa pesquisa.

6 REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, A. M. **Inserção e atuação de jovens estudantes no ambiente científico: interação entre ensino e pesquisa**. 2004. Tese de Doutorado; Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

BEHLING, J. **A formação universitária do pesquisados brasileiro: inovação e contradições**. Campinas: UNICAMP, 2006.

BRASIL, M. S. **Um novo modelo em Educação Profissional e tecnológica - Concepções e Diretrizes**. portal.mec.gov.br, Brasília, p.43, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/livreto_institutos.pdf>. Acesso em: 12 Jun. 2010.

CAPES. (2000). **Portal de Periódicos: Banco de Teses**. Acesso em março de 2010, disponível em Site do portal de periódicos: <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>

IFBA. **Relatório de Gestão**. Salvador. 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010. Disponível em <www.ifba.edu.br>. Acesso em: 23 Set. 2011.

CNPQ. **Relatório de Gestão**. CNPq. Brasília. 2003,2004,2005,2006,2007,2008,2009,2010.

Disponível em www.cnpq.br. Acesso em: 22 de setembro de 2011.

CNPQ. **Resolução Normativa RN017/2006**, Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201073018448546anexo1_m_017_2006_cnpq.pdf>. Acesso em: 19 Jul. 2011.

CNPQ **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC-EM)**. Disponível em: <http://www.cnpq.br/programas/pibic_em/index.htm>. Acesso em: 7 Ago. 2011.

CNPQ, D. **Plano Tabular / Diretórios dos Grupos de pesquisa do Brasil**. Diretórios dos Grupos de pesquisa do Brasil, 2002. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/censo/#>>. Acesso em: 12 Jun. 2011.

DYE, T. R. **The policy analysis**. 1ª Edição. Alabama: The University of Alabama Press, 1976.

EPSJV. **Programa de Vocação Científica - Provoc**. Escola Politécnica da Saúde Joaquim Venâncio - FIOCRUZ, 2011. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=PROVOC&MNU=PROVOC>>. Acesso em: 5 Ago. 2011.

7 AGRADECIMENTO

Agradecemos à professora Núbia Ribeiro pelos esclarecimentos realizados sobre o desenvolvimento do programa PIBIC-Jr durante a sua gestão à frente da Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do IFBA e pela sua gentileza em ler e contribuir com a versão final do texto.

8 DADOS DOS AUTORES:

LUZIA MATOS MOTA
IFBA Campus de Salvador
luzia@ifba.edu.br

GEORGES SOUTO ROCHA
IFBA Campus de Salvador
gesoro@ifba.edu.br

MARLENE SANTOS SOCORRO
IFBA Campus de Salvador
socorro@ifba.edu.br

RAFAEL CLAUDINO DOS SANTOS AMORIM
IFBA Campus de Salvador
rafael_cdsa@hotmail.com

RYAN CARLOS CARDOSO TEIXEIRA
IFBA Campus de Salvador
ryan_carlosct@hotmail.com